

**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****CONTRATO TSE N.º 77/2021****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL E A EMPRESA HITSS DO BRASIL SERVIÇOS TECNOLÓGICOS LTDA.**

O **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**, sediado no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 7, Lotes 1/2, Brasília/DF, CNPJ nº 00.509.018/0001-13, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo **DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA**, Senhor **RUI MOREIRA DE OLIVEIRA**, portador da Carteira de Identidade nº 312.834 SSP/DF, CPF nº 183.157.041-68, e, de outro lado, a empresa **HITSS DO BRASIL SERVIÇOS TECNOLÓGICOS LTDA**, sediada na Av. Presidente Vargas, 1012, 8º andar – Centro Rio de Janeiro/RJ, CEP 20071-910, CNPJ nº 11.168.199/0001-88, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelos seus **REPRESENTANTES LEGAIS**, Senhor **MÁRIO SÉRGIO RACHID SÁ REGO**, portador da Carteira de Identidade nº 83.697.227 IFP/RJ, CPF nº 019.549.847-07, e Senhor **LEANDRO OLIVEIRA LAGE**, portador da Carteira de Identidade MG5.329.392 SSP/MG, CPF nº 983.228.346-91, têm justo e acordado celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, sob a regência das Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, Decreto nº 9.507/2018 e de acordo com os Procedimentos Administrativos nºs [2020.00.000010504-4](#) e [2021.00.000011380-8](#) e Ata de Registros de Preços-TSE nº 39/2021, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços sob demanda, sem garantia de consumo mínimo, de desenvolvimento, evolução, teste, análise, monitoramento, sustentação e suporte de aplicativos móveis e seus serviços em ambiente multiplataforma, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado na forma da lei, de acordo com as especificações, exigências e prazos constantes no Edital de Licitação TSE nº 61/2021 e seus Anexos, modalidade pregão, e proposta da **CONTRATADA**, que passam a fazer parte deste instrumento, independentemente de transcrição, no que não conflitar com as disposições do presente contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA****DA EXECUÇÃO**

A execução do objeto do presente contrato, sob o regime de empreitada por preço unitário, será realizada com a prestação dos serviços descritos em sua Cláusula Primeira, por meio do estabelecimento da **CONTRATADA**, CNPJ nº 11.168.199/0001-88, segundo as condições estabelecidas no Edital de Licitação TSE nº 61/2021, no seu Anexo I e na proposta da **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA TERCEIRA****DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE****O CONTRATANTE:**

1. Nomeará equipe de fiscalização para atuação setorial e técnica objetivando acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, sendo para essa finalidade permitido o apoio de terceiros.
2. Permitirá, sob supervisão, que os funcionários da **CONTRATADA**, desde que devidamente identificados e incluídos na relação de técnicos autorizados, tenham acesso às dependências do **CONTRATANTE** para a prestação dos serviços contratados.
3. Proporcionará todas as facilidades previstas e necessárias à perfeita execução do objeto deste contrato.
4. Fornecerá à **CONTRATADA** todo tipo de informação essencial à prestação dos serviços contratados, tais como: normas internas, procedimentos etc., atentando-se aos quesitos de segurança e sigilo da informação.
5. Realizará reunião inaugural antes do início efetivo da prestação dos serviços entre a fiscalização e a **CONTRATADA**.
6. Realizará, durante a execução contratual, a fiscalização, para fins de manutenção da qualificação técnica, regularidade fiscal e trabalhista de atendimento ao contrato.

7. Encaminhará formalmente a demanda, por meio da Solicitação e Planejamento de Serviço (SPS), de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021, e avaliá-lo após seu retorno da **CONTRATADA**.

8. Receberá os serviços objeto da contratação e efetuar a sua conferência minuciosa e atesto, aferindo a conformidade de acordo com o Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021.

9. Rejeitará, no todo ou em parte, os procedimentos executados em desacordo com as especificações do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021.

10. Notificará a **CONTRATADA**, conforme estabelecido no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do serviço, para que sejam adotadas as medidas corretivas cabíveis, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme o caso.

11. Comunicará por escrito à **CONTRATADA** as modificações realizadas nas metodologias, processos e normas utilizadas pelo **CONTRATANTE**.

12. Exigirá o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021.

13. Vetará o emprego de qualquer produto ou serviço, no todo ou em parte, que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da **CONTRATADA**, que possa ser inadequado, nocivo, danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores.

14. Comunicará imediatamente à **CONTRATADA** quaisquer ocorrências relativas ao comportamento de seus técnicos que venham a ser consideradas prejudiciais ou inconvenientes.

15. Fornecerá à **CONTRATADA**, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do objeto do contrato.

16. Manterá Registro Eletrônico de Ocorrência da Contratação para acompanhamento contratual.

17. Responsabilizar-se-á pela disponibilidade da infraestrutura de apoio necessária à execução dos serviços contratados, por exemplo, acesso aos repositórios do TSE, ambientes de teste e, quando a execução se der nas instalações do **CONTRATANTE**, acesso às instalações físicas dos ambientes de trabalho, o mobiliário, os equipamentos básicos de informática.

18. Efetuará o pagamento à **CONTRATADA** segundo as condições estabelecidas na Cláusula Sexta deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga-se a:

1. Estar apta a iniciar em até 5 (cinco) dias úteis, contados do início da vigência deste contrato, a prestação dos serviços em conformidade com as Ordens de Serviço abertas e de acordo com as especificações constantes do Anexo I-I do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021.

1.1. Os serviços contratados serão executados nas instalações da **CONTRATADA** ou nas dependências dos profissionais alocados para a execução das Ordens de Serviços.

1.2. Ocasionalmente, os serviços contratados poderão ser executados, quando requeridos na Ordem de Serviço, nas dependências do **CONTRATANTE**, situada no Setor de Administração Federal Sul (SAFS), Quadra 7, Lotes 1/2 - Brasília/DF.

1.3. A execução de alguns serviços poderá ensejar o deslocamento de profissionais alocados nas Ordens de Serviço para municípios diferentes das dependências do **CONTRATANTE**, tais como prestar suporte em testes de campo fora de Brasília-DF, cujas regras de execução, responsabilidades e custos estão detalhados no Capítulo 14 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021.

1.4. Nos dias em que o horário de expediente do TSE for reduzido ou não houver expediente por questões específicas do **CONTRATANTE**, a execução dos serviços nas dependências do TSE deverá obedecer seu horário de expediente.

2. Prestar garantia técnica dos serviços executados, conforme condições detalhadas no Capítulo 15 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021.

3. Participar de reunião inicial após a formalização contratual, a ser convocada pelo **CONTRATANTE**.

4. Executar, com observação dos prazos e exigências, todas as obrigações constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021.

5. Acatar as recomendações efetuadas pela fiscalização do contrato.

6. Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais.

7. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do **CONTRATANTE** ou de terceiros, dos quais tome conhecimento, em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

8. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas na licitação.

8.1. Verificadas irregularidades nas condições que ensejaram sua habilitação quanto à regularidade fiscal, a **CONTRATADA** terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da notificação da fiscalização, para regularizar a situação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, sem prejuízo da rescisão do contrato a critério da Administração.

9. Manter organizados e disponíveis ao **CONTRATANTE**, durante a vigência do contrato, todos os documentos (artefatos, OS, comprovações de habilitação técnica de profissionais, produtos e outros elementos), base de dados e cópias de segurança pertinentes ao objeto contratual.

10. Manter atualizados durante toda a fase de execução deste contrato os dados do responsável (preposto), tais como: nome, os contatos de telefone e endereço eletrônico para comunicação com o **CONTRATANTE**, nos termos do Anexo I-V do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021.

10.1. Toda a comunicação referente à execução do objeto ocorrerá nos termos estabelecidos no Capítulo 10 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021.

10.2. Sempre que houver a substituição do preposto, a **CONTRATADA** deverá informar, imediatamente, à fiscalização administrativa do contrato por meio de ofício ou e-mail, cabendo aos substitutos as mesmas atribuições e responsabilidades do titular.

10.3. A **CONTRATADA** deverá manter preposto apto ao atendimento imediato da fiscalização, em horário comercial e, excepcionalmente (em casos de demandas emergenciais) fora desse horário, todos os dias úteis, por meio de telefone e aplicativos de comunicação adotados pela fiscalização para manutenção de comunicação ágil, além dos demais meios formais descritos neste Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021.

10.3.1. Sempre que sua presença for solicitada pelas fiscalizações técnica ou administrativa, o preposto deverá comparecer ao TSE em até duas horas, contadas da solicitação.

11. Apresentar a relação de profissionais que estarão atuando na execução dos serviços antes do início da execução contratual ou atualizá-la, quando for o caso, na entrega das Solicitação e Planejamento de Serviço (SPS) preenchidas pela **CONTRATADA**, para que se proceda à verificação prévia, à análise e à aprovação, por parte do **CONTRATANTE**, do atendimento aos perfis profissionais, conforme exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021.

12. Selecionar, designar e manter em sua equipe profissionais cuja qualificação esteja em conformidade com os perfis descritos neste contrato, observando a disponibilidade das documentações obrigatórias exigidas, sem que isso implique acréscimo ao valor contratado.

13. Recrutar e contratar profissionais qualificados, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade com o **CONTRATANTE**, cabendo à **CONTRATADA** efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes da sua condição de empregadora, assumindo, ainda, com relação ao contingente alocado, total responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências e promoções.

14. Manter os empregados, quando em horário de trabalho e quando estabelecido nas Ordens de Serviços, nas dependências do **CONTRATANTE** de forma condizente com o serviço a executar e identificados mediante uso permanente de crachás, a serem confeccionados pelo **CONTRATANTE**.

15. Assumir os custos com a confecção dos crachás, devendo efetuar o recolhimento do valor das despesas à Conta Única do Tesouro Nacional, observadas as instruções estabelecidas pela Secretaria de Administração do TSE, devendo promover o recolhimento do valor no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, a partir da definição do montante pela Secretaria de Administração.

16. Adotar providências para que os profissionais alocados nas Ordens de Serviços observem os regulamentos de segurança e disciplina durante o período de permanência nas dependências do **CONTRATANTE**.

17. Sujeitar-se às normas internas de acesso às instalações do **CONTRATANTE**, incluindo aquelas referentes à identificação, trajas, trânsito e permanência.

18. Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a realizar somente atividades abrangidas pelo contrato, relacionadas aos produtos derivados das Ordens de Serviços abertas, devendo a **CONTRATADA** relatar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer ocorrência que possa ensejar em desvio de objeto.

19. Ter ciência de que a entrada de equipamentos da **CONTRATADA** nas dependências do **CONTRATANTE** deverá atender às Normas de Segurança do **CONTRATANTE**.

20. Ter ciência de que a prestação do serviço estará condicionada à anuência e à observância dos normativos de segurança da informação, bem como à assinatura, antes do início dos serviços, pela **CONTRATADA** e por seus funcionários, respectivamente, do Termo de Confidencialidade e do Termo de Responsabilidade e Compromisso de Manutenção de Sigilo, conforme os Anexos I-VI e I-VII do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação TSE nº 61/2021.

21. Ter ciência de que todos os profissionais alocados nas dependências do **CONTRATANTE** para a prestação de serviços não poderão ter filiação partidária, devendo apresentar, antes do início da execução dos serviços, declaração de inexistência de registro dos empregados a serem alocados no contrato em relação oficial de filiados de órgão partidário e manter essa condição até o final de seu vínculo contratual.

22. Manter atualizada a certidão negativa de filiação partidária até o final do vínculo de trabalho do profissional alocado no TSE. Para isso, deverá apresentar, a cada 6 (seis) meses consecutivos do aniversário de validação do profissional, certidão atualizada.

23. Responsabilizar-se pela solicitação de acesso dos seus profissionais aos sistemas e serviços do **CONTRATANTE**, necessários à prestação dos serviços, bem como pelos seus respectivos descredenciamentos imediatos quando dos seus desligamentos.

24. Manter-se, durante a prestação de serviços, em conformidade com o ambiente computacional do **CONTRATANTE**, acompanhando as suas possíveis atualizações e evoluções.

25. Responsabilizar-se pelo transporte dos empregados até as dependências do **CONTRATANTE**, quando a Ordem de Serviço estabelecer execução dos serviços nas dependências do **CONTRATANTE**. O custo com deslocamento e demais verbas necessárias para manutenção do profissional em serviço *in loco* já devem estar inclusos na proposta de preço ofertada para a hora do profissional, ou seja, não serão admitidos quaisquer pedidos de acréscimos posteriores.

26. Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente os referentes à segurança, à medicina do trabalho e à legislação trabalhista.

27. Apresentar ao **CONTRATANTE**, quando requerido, toda a legislação federal e distrital atualizada, que regulamente as atividades contratadas.

28. Apresentar, no transcorrer da execução do contrato, qualquer alteração na legislação que afete a execução dos serviços contratados.

28.1. A apresentação deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias contados da alteração na legislação ou de sua aplicação na execução de Ordens de Serviços abertas pelo TSE, considerando, para fins de contagem do prazo, a data que vier primeiro.

29. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nos termos do inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal de 1988.

30. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste contrato, bem como pelos encargos fiscais, trabalhistas e comerciais da contratação resultante deste contrato, pois a inadimplência da **CONTRATADA** em relação aos encargos suportados não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **CONTRATANTE**, nem poderá onerar o objeto do contrato.

31. Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e a quaisquer outras derivadas ou conexas com o contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, inexistente qualquer vínculo empregatício entre seus profissionais, incluindo o(s) preposto(s), e o **CONTRATANTE**.

32. Assumir a responsabilidade por todas as obrigações estabelecidas na legislação específica vigente sobre acidentes do trabalho, prestando o devido apoio quando forem vítimas os seus profissionais no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que a ocorrência se dê nas dependências do **CONTRATANTE**.

33. Assumir, plena e exclusivamente, todos os riscos provenientes da execução do objeto contratual, não assumindo o **CONTRATANTE**, em hipótese alguma, nenhuma responsabilidade subsidiariamente.

33.1. Nas situações em que os serviços forem prestados nas dependências do **CONTRATANTE**, caso haja alocação, na ordem de serviço, de um mesmo profissional por período superior a 14 (quatorze) dias, o **CONTRATANTE** providenciará, no pagamento mensal dos serviços, a retenção dos valores correspondentes às verbas trabalhistas a que se refere a Resolução CNJ nº 169/2013, nº 183/2013 e nº 248/2018 e o respectivo depósito em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da **CONTRATADA**, unicamente para essa finalidade, e com movimentação somente por ordem do TSE, observando o seguinte:

a) a **CONTRATADA** deverá manter, sob a administração do Banco do Brasil S.A, conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, que deverá ser aberta no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da notificação, para depósitos mensais correspondentes aos encargos trabalhistas e previdenciários, conforme os procedimentos indicados nos normativos do **CONTRATANTE**, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis;

b) as rubricas de encargos trabalhistas, para fins de retenção, são às relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, sobre 1/3 constitucional e sobre 13º salário;

c) os percentuais das rubricas serão aqueles previstos pela **CONTRATADA** na sua planilha de encargos entregue junto com a proposta de preços;

d) os valores das provisões de encargos trabalhistas depositados na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor do pagamento mensal à **CONTRATADA**;

e) os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, serão remunerados diariamente pelo índice da poupança, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil;

f) atualmente a abertura e a manutenção da conta-depósito vinculada são isentas de tarifas;

g) caso o banco promova desconto(s) diretamente na conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação - de tarifas referentes à abertura e manutenção da referida conta-depósito, esses valores deverão ser suportados pela taxa de administração e serão retidos do pagamento mensal devido à **CONTRATADA** e depositados na conta-depósito vinculada.

34. Cumprir as obrigações trabalhistas e previdenciárias previstas na IN nº 5, de 26 de maio de 2017 – ME, nas situações em que os serviços forem prestados nas dependências do **CONTRATANTE**, caso haja alocação, na ordem de serviço, de um mesmo profissional por período superior a 14 (quatorze) dias;

35. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações judiciais ou demandas administrativas que lhe venham a ser atribuídas em decorrência da execução do objeto deste contrato.

36. Responsabilizar-se por eventual dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem a terceiros ou ao **CONTRATANTE** na execução de suas atividades. O valor do dano, após processo apurativo de responsabilidade, no qual será garantida a ampla defesa, poderá ser descontado do primeiro pagamento subsequente à finalização do processo. Tal responsabilidade não exclui e nem reduz a fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pelo **CONTRATANTE**.

37. Acatar, no prazo estabelecido na notificação feita pela fiscalização contratual, as instruções, sugestões, observações e decisões que emanem do **CONTRATANTE**, corrigindo as deficiências apontadas quanto ao cumprimento das cláusulas contratuais e à inobservância às suas normas administrativas e de segurança.

38. Responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à fiel execução dos trabalhos durante toda a fase de execução contratual, dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação das penalidades previstas, caso os prazos não sejam cumpridos.

39. Responsabilizar-se pela disponibilidade da infraestrutura de apoio necessária à execução dos serviços contratados, por exemplo, as instalações físicas dos ambientes de trabalho, o mobiliário, os equipamentos básicos de informática, links de comunicação e licença dos produtos (softwares), quando a execução se der nas suas instalações.

39.1. A **CONTRATADA** poderá requerer acesso privado à rede do **CONTRATANTE** para a execução das atividades previstas nas Ordens de Serviços, que poderá negá-lo caso entenda que as atividades a serem realizadas não demandam o uso da rede privativa.

40. Recolher, ao final do período de utilização, os equipamentos utilizados por seus profissionais.

41. Informar à respectiva seguradora ou ao fiador sobre qualquer alteração contratual que implique sua cobertura pela garantia contratual apresentada, sob pena de aplicação de penalidade prevista neste contrato.

42. Substituir, em até 5 (cinco) dias úteis, após notificação do **CONTRATANTE**, sob risco de penalização, os seus funcionários que apresentarem comportamentos incompatíveis ou que transgridam as normas internas do **CONTRATANTE**, não estando isenta das penalidades cabíveis e de reparação pelo dano causado ao **CONTRATANTE**.

43. Orientar seus profissionais acerca da vedação em utilizar os recursos do **CONTRATANTE** para fins diversos dos estabelecidos neste contrato, tais como, recursos computacionais, de comunicação, de infraestrutura, de apoio a escritório.

44. Prestar todos os esclarecimentos técnicos e administrativos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, relacionados à prestação dos serviços.

45. Ter ciência de que são de propriedade do **CONTRATANTE** todos os produtos gerados, incluindo estudos, relatórios, especificações, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, fontes dos códigos dos programas em qualquer mídia, páginas na Intranet e documentação, em papel ou em qualquer forma ou mídia, em conformidade com o art. 111 da Lei nº 8.666/93, com a Lei nº 9.609/1998, que dispõe sobre propriedade intelectual de programa de computador, e com a Lei nº 9.610/1998, que dispõe sobre direitos autorais, sendo vedada qualquer disponibilização não autorizada ou comercialização, no todo ou em parte, desses produtos por parte da **CONTRATADA**.

46. Manter disponíveis e atualizados, em local indicado pelo **CONTRATANTE**, todos os produtos gerados em razão deste contrato.

47. Comprovar, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar do início da vigência do contrato, possuir sede, filial e/ou instalações no Distrito Federal, para os contatos do **CONTRATANTE** com a **CONTRATADA** e para soluções de pendências do contrato.

48. Atender, no que couber, aos critérios de sustentabilidade previstos nas normas vigentes, mormente os previstos no Capítulo 22 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021.

49. Apresentar, antes do início da prestação dos serviços, a seguinte documentação:

a) relação dos profissionais passíveis de serem alocados nas Ordens de Serviço, contendo nome completo, número do título de eleitor e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

b) comprovação de que os funcionários a serem alocados nas Ordens de Serviço atendem aos requisitos mínimos de qualificação exigidos neste contrato;

c) documento contendo informações sobre os dados bancários vinculados ao CNPJ do credor na apresentação do primeiro faturamento. Eventuais mudanças no domicílio bancário deverão ser comunicadas previamente à unidade de execução orçamentária e financeira.

50. Adotar as seguintes precauções, em decorrência da pandemia da COVID-19 ou de outras doenças que necessitem dos mesmos tipos de cuidados:

a) Fornecer máscaras N95 aos seus funcionários, em quantidade suficiente, para ingresso e permanência nas dependências do Tribunal, quando for o caso, em atenção aos protocolos sanitários observados pelo Contratante.

b) Orientar seus funcionários acerca da necessidade de observar protocolos sanitários definido pelo **CONTRATANTE**, quando em suas dependências.

c) Afastar os funcionários que apresentarem sintomas da COVID-19, sem prejuízo da prestação dos serviços.

**51.** Elaborar o Plano de Transição Contratual no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos antes do encerramento do contrato, para a transferência integral e irrestrita dos conhecimentos de modo a assegurar a continuidade dos serviços, conforme especificado no Capítulo 25 do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação TSE nº 61/2021.

**52.** Atuar para que seus profissionais alocados na prestação de serviços atuem na gestão do conhecimento, sendo responsáveis por manter a base de conhecimentos atualizada com as últimas versões de todas as documentações necessárias ao pleno funcionamento dos serviços do **CONTRATANTE**, nos termos do Capítulo 12 do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação TSE nº 61/2021.

**53.** Arcar com as despesas de deslocamentos e diárias, de hospedagens e de alimentação dos profissionais alocados e apresentar obrigatoriamente, para efeito de comprovação dos deslocamentos e composição de processo de reembolso, os seguintes documentos:

- a) Formulário de Autorização de Viagem aprovado, com indicação da quantidade de diárias;
- b) formulário de Autorização de Viagem deverá conter pesquisa de preço a ser realizada em, pelo menos, duas empresas prestadoras desse tipo de serviço;
- c) Passagem emitida;
- d) Para deslocamentos aéreos, apresentar os comprovantes de embarque (*e-ticket*); e
- e) Relatório de viagem com as atividades realizadas no período de deslocamento e aprovado pela fiscalização setorial.

**54.** Requerer ao **CONTRATANTE** o ressarcimento das despesas relativas a deslocamento e diárias, limitando-se ao valor descrito no item 14.9 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021,

**55.** Apresentar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), nos termos da Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7) da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do início da vigência do contrato, sob pena de notificação aos órgãos competentes pela fiscalização;

**56.** Manter, durante toda a vigência da contratação, a reserva de vagas para pessoas com deficiência, caso o critério tenha sido utilizado na licitação como desempate, nos termos do disposto no item 8 do Capítulo VI do Edital de licitação TSE nº 61/2021.

**57.** Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

**57.1.** A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos suportados não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **CONTRATANTE**, nem poderá onerar o objeto do contrato.

**58.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto deste contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA DO VALOR CONTRATUAL

**1.** Os preços a serem pagos à **CONTRATADA**, pela prestação dos serviços objeto deste contrato, atualizados com o último preço ofertado no pregão, são os discriminados abaixo, sendo de **R\$ 4.372.358,39 (quatro milhões, trezentos e setenta e dois mil trezentos e cinquenta e oito reais e trinta e nove centavos)** o valor total deste contrato.

Lote	Item	Descrição Sucinta do Serviço	Perfil	Quantidade de horas contratadas	Valor de homem/Hora em Reais	Valor Total R\$
Único	01	Serviços de desenvolvimento e evolução da camada de apresentação dos aplicativos móveis multiplataforma.	Perfil profissional 2 - Engenheiro de Aplicativo (Front-end) Pleno ou superior	10.200	R\$ 115,7692	R\$ 1.180.845,84
	02	Serviços desenvolvimento e evolução de todas as camadas de software dos aplicativos móveis multiplataforma.	Perfil profissional 3 - Engenheiro Desenvolvedor Full Stack Master ou superior	1.220	R\$ 171,2200	R\$ 208.888,40
	03	Serviço de concepção e atualização tecnológica dos aplicativos móveis multiplataforma baseados nos seus aspectos funcionais e não funcionais.	Perfil profissional 1 - Arquiteto de Informação Pleno ou superior	2.340	R\$ 152,1150	R\$ 355.949,10
	04	Serviços de desenvolvimento e evolução das camadas de negócio e acesso a dados ( <i>backend</i> ) dos aplicativos móveis multiplataforma.	Perfil profissional 7 - Engenheiro Desenvolvedor Back-end Pleno ou superior	6.320	R\$ 146,4542	R\$ 925.590,54
	05	Serviços de testes em aplicativos móveis multiplataforma.	Perfil profissional 5 - Engenheiro de Testes Pleno ou superior/Qualidade Mobile Pleno ou superior	5.180	R\$ 114,7492	R\$ 594.400,85
	06	Serviços de gerenciamento e customização de soluções em ambiente de nuvem utilizada pelos aplicativos multiplataforma.	Perfil profissional 4 - Engenheiro Cloud Computing Master ou superior	1.960	R\$ 159,1050	R\$ 311.845,80
	07	Serviços de monitoração do comportamento dos aplicativos móveis multiplataforma.	Perfil profissional 6 - Analista/Especialista em APM (Application Performance Monitoring) Pleno ou superior	1.320	R\$ 129,9967	R\$ 171.595,64

08	Serviços de apoio ao desenvolvimento, evolução, sustentação, suporte, análise, teste e monitoramento de aplicativos móveis multiplataforma.	Perfil profissional 8 - Gerente Técnico	3.940	R\$ 158,1833	R\$ 623.242,20
<b>VALOR TOTAL DO CONTRATO</b>					<b>R\$ 4.372.358,39</b>

## CLÁUSULA SEXTA

### DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

1. O pagamento do objeto do presente contrato será efetuado após o recebimento definitivo dos serviços nos termos estabelecidos no Capítulo 17 do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação TSE nº 61/2021, até o 10º (décimo) dia útil, a partir da atestação da nota fiscal pelo servidor responsável, com a emissão de ordem bancária para o crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

1.1. A **CONTRATADA** deverá entregar o faturamento com a documentação exigida para liquidação e pagamento até o 8º (oitavo) dia útil do mês subsequente à emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD) - Parte 03 da Ordem de Serviço - OS.

1.2. Para maior controle e efetividade do processo de pagamento do **CONTRATANTE**, os serviços executados em OS finalizadas em um mesmo mês serão efetivados em um único faturamento.

1.3. As notas fiscais e os documentos exigidos no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues exclusivamente para os servidores responsáveis pela fiscalização administrativa do contrato.

1.4. O atesto do objeto contratado se dará por meio da emissão de Nota Técnica de Atesto (NTA), a ser emitida e remetida à Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira - CEOFI no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal, acompanhado do Termo de Recebimento Definitivo - TRD e dos demais documentos exigidos para liquidação e pagamento da despesa.

1.5. O pagamento dos serviços prestados será efetuado no mês posterior ao do recebimento da sua execução;

1.6. O pagamento a ser efetuado em favor da **CONTRATADA**, em conta corrente previamente informada, estará sujeito a retenção na fonte de tributos e contribuições sociais de acordo com os normativos legais.

1.7. O TSE verificará a permanência da **CONTRATADA** no Simples Nacional, conforme declaração de que trata o item 6.2 do Capítulo XII deste Edital, mediante consulta ao Portal do Simples Nacional e anexará cópia da consulta ao contrato ou à documentação que deu origem ao pagamento, sem prejuízo de a **CONTRATADA** informar qualquer alteração de sua permanência no Simples Nacional.

1.8. Caso o valor contratado não seja superior à R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), o pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil, partir da apresentação da nota fiscal, conforme § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666/93.

2. A **CONTRATADA** deverá apresentar a nota fiscal/fatura dos serviços segundo último valor ofertado e adjudicado no pregão e em conformidade com a legislação tributária.

3. O pagamento dos serviços prestados no último mês de vigência contratual, desde de que ocorra a situação prevista no item 18.1.35.1. do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021, somente ocorrerá após a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da **CONTRATADA**, excetuando-se caso as verbas inadimplidas já tenham sido sobrestadas cautelarmente pelo **CONTRATANTE**, haja vista a possibilidade da implicação da responsabilidade subsidiária do **CONTRATANTE**, quanto àquelas obrigações (art. 71 da Lei nº 8.666/93 e Súmula nº 331 do TST).

4. Os valores destacados a título de provisionamento de encargos trabalhistas, caso se apliquem, serão deduzidos do valor mensal do contrato e depositados em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - aberta em nome da **CONTRATADA**, conforme Resoluções CNJ nº 169/2013, nº 183/2013 e nº 248/2018.

5. Quando houver ressalva no atesto dos serviços pela fiscalização, ainda que no mês subsequente, em relação às obrigações trabalhistas previstas pelo item 18.1.35.1. do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021, ocorrerá a interrupção da contagem do prazo para pagamento, a partir da comunicação do fato à **CONTRATADA**, até que sejam corrigidos os defeitos detectados.

6. Os pagamentos dos serviços poderão ser ajustados de acordo com o cumprimento ou não das metas estabelecidas nos Índices de Monitoramento e Controle (IMC) descritos no Anexo I-III do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021.

7. Na fase de liquidação e pagamento da despesa deverá ser verificada pela área competente a regularidade fiscal da **CONTRATADA** perante a Seguridade Social, Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União fornecida pela Receita Federal do Brasil), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e, ainda, perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débito Trabalhista - CNDT); admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei.

8. O CNPJ constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho.

9. Nos casos de pagamento efetuados após 30 (trinta) dias da emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou da apresentação da nota fiscal, conforme o caso, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo TSE, entre o 31º (trigésimo primeiro) dia e a data da emissão da ordem bancária, será a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga;

I = 0,0001644 (índice de compensação financeira por dia de atraso, assim apurado  $I = (6/100)/365$ ).

### CLÁUSULA SÉTIMA DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente da prestação dos serviços objeto deste contrato correrá à conta dos créditos orçamentários consignados à Justiça Eleitoral no Orçamento da União, para o Exercício de 2021, Natureza de Despesa 44.90.40.01 – Desenvolvimento de Software, na Ação 02.122.0570.20GP.0001 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, compromissada, neste exercício, pela Nota de Empenho nº 2021NE000912, de 15/12/2021, no valor de R\$ 60.727,20 (sessenta mil, setecentos e vinte e sete reais e vinte centavos).

### CLÁUSULA OITAVA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, caso a **CONTRATADA** descumpra total ou parcialmente o objeto contratado, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará sujeita às seguintes penalidades:

1.1. advertência;

1.2. multa;

1.3. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

2. Será aplicada a penalidade descrita no subitem 1.3 desta Cláusula, à **CONTRATADA** que:

2.1. apresentar documentação falsa;

2.2. causar o atraso na execução contrato;

2.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

2.3.1. para efeito de aplicação do disposto no subitem 2.3 desta Cláusula, será considerada falha na execução do contrato os casos de inexecução total, e os de inexecução parcial que resultem na rescisão contratual;

2.4. comportar-se de modo inidôneo;

2.5. declarar informação falsa; ou

2.6. cometer fraude fiscal.

3. Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, as sanções previstas nos subitens 1.1 e 1.3 desta Cláusula poderão ser aplicadas à **CONTRATADA**, juntamente com as multas convencionais e de mora, podendo estas serem descontadas dos pagamentos a serem efetuados, após o encerramento do procedimento de apuração de penalidades, e quando cabível, sem prejuízo do ressarcimento dos danos causados à Administração e das demais cominações legais.

QUADRO 1 - TABELA DE INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS				
Item	Descrição	Penalização		
		Ocorrência	Ação administrativa sobre a ocorrência	Inexecução parcial do contrato
INFRAÇÕES DE IMPACTO MÉDIO				
1	Deixar de apresentar documentação prevista no Termo de Referência Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021.	1ª ocorrência para os itens de 1 a 3 desta tabela.	Advertência	Não se aplica
2	Deixar de cumprir determinação formal ou orientação da fiscalização prevista no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021.	Da 2ª a 5ª ocorrência para os itens de 1 a 3 desta tabela.	Multa de 0,034% sobre o valor do contrato.	Não se aplica
		Da 6ª a 8ª ocorrência para os itens de 1 a 3 desta tabela.	Multa de 0,067% sobre o valor do contrato.	A partir da 9ª ocorrência
3	Descumprimento de outras obrigações previstas no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021.			(para os itens de 1 a 3 desta tabela) será caracterizada a inexecução parcial do contrato.
4	Não providenciar a abertura da conta-débito vinculada no prazo previsto	por dia, limitada	Multa de 0,1%	A partir do 11º dia de atraso



	deposito vinculada no prazo previsto para os casos aplicáveis definidos no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021.	a 10 (dez) dias.	sobre o valor do contrato.	atraso será configurada inexecução parcial do contrato.
5	Deixar de entregar o comprovante de recolhimento do conjunto completo dos documentos: do FGTS dos empregados e das contribuições sociais e previdenciárias, em até 30 (trinta) dias corridos, após o prazo definido em contrato para entrega da referida documentação para os casos aplicáveis definidos no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021.	Do 1º ao 60º dia corrido de atraso para o item 5 desta tabela.	Multa de 0,1% sobre o valor do contrato.	Não se aplica.
		Do 61º ao 90º dia corrido de atraso para o item 5 desta tabela.	Multa de 0,2% sobre o valor do contrato.	A partir do 91º dia de atraso para o item 5 desta tabela será caracterizada a inexecução parcial do contrato.
6	Manter, durante a execução do contrato, preposto ou seu substituto em condições diversas das previstas no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021.	1ª ocorrência para os itens 6 a 8 desta tabela.	Advertência	Não se aplica.
7	Deixar de prestar quaisquer informações solicitadas no prazo estipulado ou prestar informações inverídicas.	Da 2ª a 9ª ocorrência para os itens 6 a 8 desta tabela.	Multa de 0,3% sobre o valor do contrato.	A partir da 10ª ocorrência para os itens 6 a 8 desta tabela será caracterizada a inexecução parcial do contrato.
8	Não primar pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade da sua equipe técnica visando à fiel execução dos trabalhos durante toda a fase de execução contratual.			
9	Não substituir, no prazo determinado pela fiscalização, o profissional considerado inapto, em face de problemas com a documentação obrigatória que o habilita para exercer determinado perfil, de incapacidade técnica, ou que apresente atitude incompatível, falta de urbanidade ou cometa transgressão das normas disciplinares do <b>CONTRATANTE</b> .	Da 1ª a 2ª ocorrência para o item 9 desta tabela.	Advertência	Não se aplica.
		Da 3ª a 9ª ocorrência para o item 9 desta tabela.	Multa de 0,4% sobre o valor do contrato.	A partir da 10ª ocorrência para o item 9 desta tabela será caracterizada a inexecução parcial do contrato.
INFRAÇÕES DE IMPACTO GRAVE				
10	Infringir qualquer critério de segurança da informação, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021.	Da 1ª a 3ª ocorrência para os itens 10 a 19 desta tabela.	Multa de 0,8% sobre o valor do contrato.	Não se aplica.
11	Deixar de realizar a transferência de conhecimento ao Contratante nas condições previstas no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021.			
12	Prestar serviço em desconformidade ao estabelecido no objeto da contratação.			
13	Não designar o preposto conforme previsto no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021.			
14	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.			
15	Não informar à respectiva seguradora ou ao fiador alterações contratuais que impliquem na cobertura da garantia contratual apresentada.			
16	Não atender no prazo previsto a regularização dos serviços executados fora dos requisitos exigidos no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021.			
17	Não cumprir os prazos de execução de serviços em garantia técnica conforme o Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021.	Da 4ª a 5ª ocorrência para os itens 10 a 19 desta tabela.	Multa de 0,9% sobre o valor do contrato.	A partir da 6ª ocorrência para os itens 10 a 19 desta tabela será caracterizada a inexecução parcial do contrato.
18	Deixar de executar o contrato, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, por qualquer tempo.			
19	Não regularizar, no prazo previsto no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021.			

	Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021 as condições que ensejaram a habilitação da empresa quanto à regularidade fiscal e trabalhista.			
20	Não atender ao previsto no item 1.2.4.6 do Anexo I-I do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021, relativo à cobertura de testes.	Da 1ª ocorrência para o item 20 desta tabela.	Advertência.	Não se aplica.
		Da 2ª a 3ª ocorrência para o item 20 desta tabela.	Multa de 0,9% sobre o valor do contrato.	Não se aplica.
		Da 4ª a 5ª ocorrência para o item 20 desta tabela.	Multa de 1% sobre o valor do contrato.	A partir da 6ª ocorrência para item 20 desta tabela será caracterizada a inexecução parcial do contrato.
INFRAÇÕES DE IMPACTO MUITO GRAVE				
21	Atrasar o fechamento da Ordem de Serviço, iniciando-se a contagem de dias corridos, para fins desta infração, no 15º dia corrido após o prazo estabelecido no contrato.	Do 16º ao 30º dia corrido de atraso para o item 21 desta tabela.	Multa de 0,6% sobre o valor do contrato.	Não se aplica.
		Do 31º dia ao 90º dia corrido de atraso para item 21 desta tabela.	Multa de 0,9% sobre o valor do contrato.	A partir do 91º dia de atraso para o item 21 desta tabela será caracterizada a inexecução parcial do contrato.
22	Atrasar a abertura da Ordem de Serviço após o recebimento formal da Solicitação de Planejamento de Serviços (SPS), iniciando-se a contagem de dias corridos, para fins desta infração no dia corrido após o prazo estabelecido na SPS.	Após 10 dias corrido de atraso para o item 22 desta tabela.	Multa de 0,9% sobre o valor do contrato.	Não se aplica.
		Do 11º dia ao 30º dia corrido de atraso para o item 22 desta tabela.	Multa de 1% sobre o valor do contrato.	A partir do 31º dia de atraso para o item 22 desta tabela será caracterizada a inexecução parcial do contrato.
23	Atrasar a entrega da Solicitação de Planejamento de Serviços (SPS), iniciando-se a contagem de dias corridos, para fins desta infração, no 10º dia corrido após o prazo estabelecido no contrato.	Da 1ª ocorrência para o item 23 desta tabela.	Advertência	Não se aplica.
		Da 2ª ocorrência em diante, após 10 dias corrido de atraso para o item 23 desta tabela.	Multa de 0,6% sobre o valor do contrato.	Não se aplica.
		Da 2ª ocorrência em diante, do 11º dia ao 30º dia corrido de atraso para o item 23 desta tabela.	Multa de 0,9% sobre o valor do contrato.	A partir do 31º dia de atraso para o item 23 desta tabela será caracterizada a inexecução parcial do contrato.
24	Causar danos ou não zelar pelas instalações ou patrimônio do <b>CONTRATANTE</b> .	1ª ocorrência para os itens 24 e 25.	Multa de 2% sobre o valor do contrato.	Não se aplica.
25	Utilizar quaisquer produtos (metodologias, políticas, normas, procedimentos, softwares etc.) sem a autorização expressa do proprietário do produto e do Contratante, sem prejuízo de responsabilização por danos causados a terceiros.	2ª ocorrência para os itens 22 e 25.	Multa de 2,5% sobre o valor do contrato.	A partir da 3ª ocorrência para os itens 24 e 25 desta tabela será caracterizada a inexecução parcial do contrato.
26	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico a terceiros, lesão corporal ou consequências letais.	Ocorrência única para os itens 26 e 27 desta tabela.	-	A 1ª ocorrência caracterizará inexecução parcial para os itens 26 e 27 desta tabela.
27	Deixar de realizar a transição final do contrato com a transferência de conhecimento			

4. Caso a **CONTRATADA** não inicie a execução dos serviços no prazo e condições avençadas, estará configurado o retardamento da execução do contrato, com multa de mora de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado, limitada sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias. Após o 10º dia os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se, nesta hipótese, inexecução total, com aplicação exclusiva de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e neste instrumento contratual.

5. Quando caracterizada a inexecução parcial, conforme Tabela de Infrações – Quadro 1, será aplicada exclusivamente multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato e ensejará a rescisão do contrato.

6. A multa por inexecução parcial do contrato também será aplicada quando ocorrer:

a) Repetição por 3 (três) meses consecutivos ou não num período de 6 meses de não alcance de meta do mesmo indicador de nível mínimo de serviço.

b) Tentativa de burla dos mecanismos de aferição de níveis de serviço previstos nesta contratação.

7. A não observância do prazo para apresentação da garantia contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

7.1. Nos casos de atraso na apresentação da complementação da garantia contratual em decorrência do acréscimo contratual, da prorrogação ou da insuficiência da garantia, a base de cálculo para incidência da multa será o valor sem cobertura.

7.2. Caso a **CONTRATADA** deixe de informar à seguradora ou fiador sobre qualquer alteração de obrigação contratual que implique sua cobertura pela garantia contratual apresentada, estará sujeita à multa de mora de 0,2% sobre o valor da garantia contratual, por ocorrência.

7.3. Caso seja extrapolado o limite máximo previsto no item 8 desta Clausula, será configurada a inexecução parcial, com a aplicação da multa de 10% (dez por cento) do valor total contratado, a título de inexecução parcial, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e neste instrumento contratual.

8. Na aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula, a autoridade competente poderá considerar, além das previsões legais, contratuais e dos Princípios da Administração Pública, as seguintes circunstâncias:

8.1. a natureza e a gravidade da infração contratual;

8.2. o dano que o cometimento da infração ocasionar à Administração;

8.3. a vantagem auferida pela **CONTRATADA** em virtude da infração;

8.4. as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;

8.5. os antecedentes da **CONTRATADA**.

9. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, em caráter excepcional, sem efeito suspensivo, devendo a solicitação ser encaminhada por escrito com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela **CONTRATADA**, ficando a aceitação da justificativa a critério do TSE.

9.1. O prazo mínimo de antecedência acima pode ser reduzido para as situações imprevisíveis que impeçam o cumprimento da obrigação no prazo ajustado.

10. Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada automaticamente, ou ajuizada a dívida, consoante o art. 86 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês.

11. O **CONTRATANTE** promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à **CONTRATADA**.

12. O período de atraso será contado em dias corridos, salvo disposição contrária.

13. Fica estabelecido que os casos omissos serão resolvidos entre as partes contratantes, respeitados o objeto do presente contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial as Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/2002, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

14. Os atos administrativos de aplicação das sanções, com exceção de advertência, multa de mora e convencional, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

## CLÁUSULA NONA

### DO REAJUSTE

1. Os preços a serem pagos à **CONTRATADA** pelos serviços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses iniciais. Após esse período, o reajuste será feito de ofício, podendo ocorrer negociação entre as partes, momento no qual, será apreciada a possibilidade da aplicação do índice ICTI (IPEA), no período entre o mês básico da apresentação da proposta e o mês anterior ao reajuste, compreendendo sempre o período de 12 meses, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR = IMR \times PA / IMM$$

Onde:

PR = Preço reajustado

IMR = Índice do ICTI (IPEA) do mês anterior ao reajuste

IMM = Índice do ICTI (IPEA) do mês de apresentação da proposta

PA = Preço anteriormente praticado

2. O valor referente ao ressarcimento com deslocamentos e diárias deverá observar o disposto no item 14.9 do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 61/2021.

3. A administração antes de conceder o reajuste poderá exigir que a **CONTRATADA** apresente planilha demonstrativa com a efetiva variação de seus custos ocorrida no período do reajuste proposto.

## CLÁUSULA DEZ

### DA GARANTIA

1. Para fiel cumprimento das obrigações assumidas, a **CONTRATADA** apresentará no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de entrega da via assinada do contrato ou termo aditivo pelo **CONTRATANTE**, comprovante de prestação da garantia no valor de R\$ 218.617,92 (duzentos e dezoito mil seiscentos e dezessete reais e noventa e dois centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do preço contratado, em uma das modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93.

1.1. O prazo de que trata o item 1 desta Cláusula poderá ser prorrogado por igual período, a critério do **CONTRATANTE**, desde que solicitado dentro do prazo inicial e com justificativa fundamentada, sob pena de aplicação das sanções previstas neste contrato.

1.2. Nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária, o prazo de validade deverá ser superior ao da vigência do contrato em pelo menos 3 (três) meses, de sorte a contemplar tempo hábil para o adimplemento contratual.

a.1) Nessas modalidades, a garantia deverá contemplar obrigatoriamente todos os eventos indicados no item 3 desta Cláusula.

a.2) O termo final da vigência da apólice ou da fiança bancária será suspenso a partir da comunicação feita à seguradora ou à instituição bancária do evento ocorrido na execução do contrato, que possa ser objeto de cobertura pela garantia, e enquanto necessário à solução final sobre a indenização.

1.3. A caução em dinheiro deverá ser efetuada em banco oficial, em conta específica, a benefício do **CONTRATANTE**. O valor depositado deverá ser corrigido monetariamente.

2. Nos casos de alteração ou de prorrogação da vigência do contrato, e ainda por qualquer motivo que o tornar insuficiente, o valor da garantia deverá ser ajustado à nova realidade, seguindo os mesmos parâmetros utilizados na contratação.

2.1. A base de cálculo para incidência da multa será o valor sem cobertura, em razão do acréscimo contratual, da prorrogação ou da insuficiência da garantia.

3. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá assegurar o pagamento de:

3.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato.

3.2. Sanções pecuniárias aplicadas à **CONTRATADA**.

3.3. Prejuízos causados ao **CONTRATANTE** por culpa ou dolo de representantes, prepostos e empregados da **CONTRATADA**.

3.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, relacionadas com a execução contratual e não cumpridas pela **CONTRATADA**.

4. A garantia somente não será executada nas seguintes hipóteses:

4.1. Caso fortuito ou força maior.

4.2. Descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrente de atos ou fatos exclusivamente imputados à Administração.

4.3. Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

5. Para efeitos da execução do seguro-garantia ou da fiança bancária, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo **CONTRATANTE** à Instituição Garantidora dentro do respectivo prazo de vigência.

6. A garantia ou a parte remanescente será devolvida à **CONTRATADA** após comprovado o cumprimento integral das obrigações contratuais.

7. A garantia será considerada extinta com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.

## CLÁUSULA ONZE

### DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Dos atos administrativos concernentes ao presente contrato cabe recurso nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

## CLÁUSULA DOZE

### DA RESCISÃO

O **CONTRATANTE** poderá rescindir o presente contrato, sem prejuízo das penalidades contratuais ou legais, no caso de sua inexecução total ou parcial ou nos demais previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, e ainda, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação legalmente exigidas, assim como das condições constantes deste instrumento e da proposta.

**CLÁUSULA TREZE**  
**DAS ALTERAÇÕES**

O presente contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUATORZE**  
**DA VIGÊNCIA E DA DURAÇÃO**

O presente contrato terá vigência a partir da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial da União e duração de 24 meses, podendo ser prorrogado por até 60 meses, nos termos da lei.

**CLÁUSULA QUINZE**  
**DO FORO**

O foro da Seção Judiciária do Distrito Federal é o competente para solucionar qualquer questão relativa ao presente contrato.

**CLÁUSULA DEZESSEIS**  
**DA PUBLICIDADE**

O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, correndo as despesas por conta do **CONTRATANTE**.

E por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento para todos os fins de direito.

---

**MARIO SERGIO RACHID SÁ REGO**  
**USUÁRIO EXTERNO**



Documento assinado eletronicamente em **16/12/2021, às 08:36**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).

---

**LEANDRO OLIVEIRA LAGE**  
**USUÁRIO EXTERNO**



Documento assinado eletronicamente em **16/12/2021, às 15:23**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).

---

**RUI MOREIRA DE OLIVEIRA**  
**DIRETOR-GERAL**



Documento assinado eletronicamente em **17/12/2021, às 13:08**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em

[https://sei.tse.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=1883088&crc=0E6BAEEF)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=1883088&crc=0E6BAEEF](https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=1883088&crc=0E6BAEEF), informando, caso não preenchido, o código verificador **1883088** e o código CRC **0E6BAEEF**.

---

Criado por [valdezia.jorge](#), versão 3 por [flavia.brito](#) em 15/12/2021 19:40:12.

2021.00.000011380-8

Documento nº 1883088 v3